

Handwritten signature and text:
18.12.2013
Ref. 2013/17

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA



ATA N.º 01/2013

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2013

(Mandato 2013/17)

CONTÉM 14 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 01/2013 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2013 INICIADA ÀS 21,00 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 00,30 HORAS.

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =	3
= ORDEM DO DIA =	7
= ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL =	7
= OPÇÕES DO PLANO E PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2014 E EMPRÉSTIMO DE 600 MIL EUROS =	7
= RATIFICAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA =	12
= RATIFICAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO - ADEMINHO =	12
= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =	12
= NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO =	12
= AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS =	13
= TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) =	13
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =	14
= ENCERRAMENTO =	14



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials

= ABERTURA =

----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria da Costa Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 28º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada pelo edital do dia dezasseis do mês de dezembro do ano de dois mil e treze. -----

-----Registou-se a falta de Luís André Varajão Alves (PPD/PSD), que, nos termos legais, procedeu à respetiva justificação. -----

----- Efetuada a chamada, registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto de Brito Pacheco (PS), José Augusto Viana de Sousa; Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Manuel José Miranda (PS); João Paulo da Cunha Alves (PCP); Elisabete Bernardina Barbosa Gama (PPD/PSD); Luisa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Perfeita Barreiro de Araújo Esteves (PS); Hélder António de Barros Moreira Pedreira (PPD/PSD); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Dinis António Sá Fernandes Pereira (PPD/PSD); Cláudia Maria Fernandes Soares (PCP); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Maria Rosa Araújo Ribas (PPD/PSD); Palmira Ribeiro da Costa (PS); André Manuel da Silva Rodrigues (PPD/PSD); João Barbosa Cerqueira (PS); Celestino Rodrigues (PS); Manuel Martins Rodrigues (PPD/PSD); Manuel Lopes Fernandes (PS); Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD) Manuel Alfredo Barbosa Nogueira (PS); Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS); António José Pinto Fernandes (PPD/PSD); António José de Sousa Alves (PPD/PSD); David Jorge Pires Saraiva (PPD/PSD); Carlos Manuel Gomes Pereira (PS); Amândio Libério Meireles Pinto (PPD/PSD) António Alberto Lebrão Martins Esteves (PS); Manuel Fernando Pereira Mendes (PS); Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS); Fernando Inácio Pereira Fernandes (PPD/PSD); Manuel Fernando Pereira Mendes (PS). -----

-----Do Presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira - e dos Vereadores: Décio Brandão Guerreiro (PPD/PSD); Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Helena Barbosa Ramos Fernandes (PPD/PSD); Maria José Brito Lopes Moreira (PS). -----

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

-----Submeteu à votação do plenário a integração de uma proposta da Câmara Municipal de fixação da TMDP (Taxa Municipal de Direitos de Passagem) em 0% para o ano de 2014, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Vereador Tiago Cunha explicou que esta taxa municipal, que decorre da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, incide sobre os direitos do município na passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas. Que em vez de onerar diretamente as empresas operadoras de telecomunicações, onera os consumidores, sendo, por isso, fixada em 0%. -----

-----Fica intitulado de ponto nº 9, da ordem de trabalhos. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu e retribui os votos de boas festas recebidos. --

-----Recordou que os presidentes de junta têm, obrigatoriamente, de se fazer substituir nas suas faltas à Assembleia Municipal, nos termos da alínea b), nº 2, artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----O Presidente da Assembleia leu, na totalidade, o requerimento remetido à Mesa da AM, em 27-12-2013, por Amândio Libério Meireles Pinto, Presidente da União de freguesias de Cossourado e Linhares, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

-----De seguida, comunicou que o interessado não dirigiu à Mesa qualquer pedido de justificação por escrito, facto já comunicado à Assembleia de Freguesia. Assim, sendo competência da Mesa justificar a falta dos membros da Assembleia, mediante a apresentação de pedido por escrito, o que nunca aconteceu, não encontrou fundamento para o fazer. Uma vez que foi solicitado no referido requerimento, o plenário terá de pronunciar-se sobre a injustificação da falta.-----

-----**José Augusto Sousa:** referiu que, no passado, o serviço de apoio à Assembleia Municipal alertava para a justificação das faltas. Também referiu que já tinha proposto na sessão da Assembleia anterior que o plenário se pronunciasse quanto a este assunto, facto que não foi aceite pelo Presidente da AM. Que o plenário poderia considerar a falta justificada, atendendo aos motivos expostos. Reforçou a questão da boa-fé e propôs que se pusesse à votação a justificação da falta. -----

-----**Rosalina Martins:** Alegou que apenas com a leitura do recurso em questão, não permite ter uma opinião de imediato, solicitou a sua distribuição para apreciação na próxima assembleia. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Disse que a Mesa não assume as atitudes do serviço de apoio à Assembleia, em comunicar aos membros que justifiquem as faltas. A Mesa restringe-se ao regimento e cada membro responde por si próprio. Compete a cada membro pedir a justificação da sua falta. Se o plenário justificar a falta sem documento escrito, o ónus é do plenário. Que o requerimento foi lido na totalidade e que a sua discussão não envolve nenhuma complexidade jurídica, pelo que o recurso apresentado deve ser votado nesta reunião.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature: M. Albuquerque

-----**João Paulo Alves:** Disse ter conhecimento que no passado foi feito de forma diferente.-----

-----**O recurso foi submetido à votação do plenário: foi indeferido, com 18 votos contra do PS e 16 votos a favor, sendo 14 do PSD e 2 do PCP.**-----

-----**Rosalina Martins:** Declarou ter solicitado o texto do recurso, mas por decisão da maioria, a votação seria efetuada nesta sessão. Assim, para não abrir o precedente de, no futuro, qualquer falta ser justificada, sem ser por escrito, votou contra, embora preferisse que fosse discutido numa próxima sessão.--

-----**Jose Augusto Sousa:** Solicitou que ficasse registado em ata, que o texto do recurso não foi distribuído pelos membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Solicitou que ficasse registado em ata que o documento foi lido integralmente na sessão pelo Presidente da Mesa.-----

-----**Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação das atas das sessões anteriores.**-----

-----**Foi distribuída a lista de registo de expediente diverso.**-----

-----A ata da sessão de 06/06/2013 (do mandato 2009/2013) foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor, sendo 12 do PS, 6 do PSD e 1 do PCP e 16 abstenções, sendo 6 do PS, 9 do PSD e 1 do PCP, por não terem estado presentes. A ata da primeira reunião de funcionamento da Assembleia Municipal, efetuada imediatamente ao ato de instalação, no dia 15 de outubro de 2013, foi aprovada por maioria, com 31 votos a favor, sendo 18 do PS; 11 do PSD e 2 do PCP e com uma abstenção do PSD, por não ter estado presente. A ata da sessão extraordinária de 29/11/2013 foi aprovada por maioria, com 31 votos a favor, sendo 18 do PS, 11 do PSD e 2 do PCP, e 1 abstenção do PSD, por não ter estado presente.-----

-----**Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.**-----

-----Foi apresentado um voto de pesar pelo falecimento de António Fernandes, ex-presidente da Junta da freguesia das Porreiras, subscrito por todos os grupos municipais representados na Assembleia Municipal e dispensado de votação, que se anexa à presente ata como seu documento e dela faz parte integrante.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Foram ainda apresentados votos de congratulação e louvor, aprovados por unanimidade, aos Courenses Tiago Brandão Rodrigues e Carla Castro Chousal, agregados, pela Mesa, num único voto de reconhecimento, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

-----Ponto n.º 3 – Interpeleções ao Presidente da Câmara Municipal.-----

-----**José Augusto Sousa** - Fez as seguintes recomendações: Que no âmbito da proteção civil, os planos de emergência sejam acionados de forma a evitar que todos os operacionais em serviço dos bombeiros sejam ocupados, reduzindo a sua capacidade de atuação, em caso de outras emergências.

-----Que, passados seis meses da alteração do trânsito na vila, designadamente o sentido único nas ruas Dr. Afonso Viana, Dr. Narciso Alves da Cunha e Dr. Albano Barreiros, deveria ser repensada a circulação nos dois sentidos. -----

-----Sobre as taxas de saneamento, que há um conjunto de courenses que teve acesso ao saneamento mais tarde e que está a pagar mais pelas taxas de saneamento, gerando uma questão de desigualdade de tratamento, entendendo que esta situação deva ser corrigida. -----

-----**Presidente da Câmara:** Relativamente às taxas de saneamento, disse fazer sentido a equidade entre todos os courenses. Quanto às alterações de trânsito, lembrou que era uma das intenções do programa do Partido Socialista pensar o trânsito e pensar a mobilidade na Vila, constituindo um assunto a analisar oportunamente. Quanto à proteção civil, que incumbiu o Vereador Tiago Cunha, que tem acompanhado a situação, para fazer uma apreciação mais objetiva.-----

-----**Vereador Tiago Cunha:** Disse desconhecer qualquer anomalia grave que pusesse em causa a operacionalidade dos bombeiros e gostaria que lhe fosse comunicada qualquer situação. Disse que os serviços da Câmara tinham começado a trabalhar às seis horas da manhã na limpeza de várias estradas, com várias árvores caídas, tendo sido utilizados todos os meios necessários para que fosse dada resposta às anomalias.-----

-----**José Augusto Sousa:** Disse não ter referido falta de empenho e dedicação e reconheceu que houve esforço, mas que houve uma situação reportada a 23 de dezembro, considerada de emergência, que gostaria que não voltasse a acontecer, por isso a recomendação que formulou. -----

-----**Presidente da Câmara:** Disse que as afirmações devem ser objetivadas e para quem pretende mostrar trabalho político não pode enveredar por apreciações vagas e imprecisas. -----

-----**Vereador Tiago Cunha:** Disse ter confirmado por mensagem eletrónica, junto dos responsáveis da Proteção Civil, que o alerta amarelo foi para o dia 24 de dezembro, não tendo tido conhecimento do alerta mencionado por José Augusto Sousa. Acrescentou que não foi reportada ao serviço de Proteção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Civil da Câmara Municipal, quer pelos Bombeiros, quer por qualquer particular, qualquer ocorrência (fosse grave ou não), na madrugada do dia 23 de dezembro. Solicitou que José Augusto Sousa identificasse a situação concreta a que se reportava e a entidade que lhe transmitiu a informação. -----

-----**José Augusto Sousa:** Disse que as fontes não se revelam que não podia, por não ter conhecimento exato, identificar a situação, e que se está a discutir o passado, facto que não lhe interessa. Considerou que as questões de Proteção Civil estão para além da política. -----

= ORDEM DO DIA =

-----**Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos do n.º 4 do art.º 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----**Presidente da Câmara:** Disse que o documento apresentado tem um conjunto de informação não muito resumida, de forma a abranger todas atividades do Município. Chamou a atenção para o último mapa da informação, relativo à situação financeira do Município em 19-12-2013, e que até final do ano vai sofrer alterações.-----

----- Não se registaram pedidos de esclarecimento. -----

= ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL =

-----**Ponto n.º 2 - Apreciação discussão e votação de uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal elaborado pelo grupo de trabalho, constituído por Rosalina Martins (PSD), José Augusto Sousa (PSD) e João Paulo Alves (PCP).**-----

----- **A discussão do Regimento da Assembleia Municipal foi adiada para a sessão seguinte.** ---

= OPÇÕES DO PLANO E PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2014 E EMPRÉSTIMO DE 600 MIL EUROS =

-----**Ponto n.º 3 – Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para as Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de 2014, que integra o mapa de pessoal, bem como a autorização para proceder à contração de um empréstimo de curto prazo, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2014, previsto nos artigos 49.º e 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no valor de € 600 000,00 (seiscentos mil euros), montante que respeita os limites fixados na referida Lei.**-----

-----**Presidente da Câmara:** Agradeceu os contributos dados pelos técnicos da Câmara e pelos representantes das comissões políticas, ouvidos no âmbito do estatuto da oposição, que identificaram situações, dizendo que melhorará os aspetos que referenciaram. Explicou que o presente orçamento, no valor de treze milhões e cinquenta e um mil euros, engloba na estrutura da receita: as transferências de Estado, no valor a 52%; três milhões de euros de fundos comunitários, perfazendo 78%; a cobrança de água, saneamento e lixo, no valor de 4%, ou seja cerca de 605 mil euros; as rendas, impostos e taxas, no valor de 897 mil euros, que corresponde a 6%, valores que perfazem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

90% da receita. Quanto à despesa, informou que os salários correspondem a 24%, o saneamento a 11%; rede viária e acordos de execução com as freguesias a 8%; energia a 6%; educação a 6,2%; cultura a 5,8%; investimentos de requalificação a 6%, encargos financeiros com a dívida a 9,7%, perfazendo este valores 76,7% da estrutura da despesa. Disse, ainda, que o Orçamento é virado para as freguesias e setecentos e setenta e cinco mil e novecentos euros são destinados à rede viária: quatrocentos e vinte e oito mil euros para caminhos novos e duzentos e vinte e cinco mil euros para pavimentações de estradas municipais, valor que se pode transformar num milhão e seiscentos mil euros, considerando a possibilidade de as candidaturas apresentadas aos fundos restantes do quadro comunitário virem a ser aprovadas.. Nessa eventualidade, será investido na rede viária, permitindo fazer algumas reparações nas vias mais necessitadas. Lembrou que o próximo Quadro Comunitário de 2014/2020 será destinado à tecnologia, ciência, desenvolvimento sustentável e inclusão. Prosseguindo com o saneamento, que representa um milhão e quinhentos e setenta e três mil euros, acrescido dos duzentos e cinquenta mil euros para os acordos de execução, serão investidos nas freguesias dois milhões e meio de euros. Lembrou que o orçamento foi reduzido em mais de sete milhões de euros, mas que continuará o investimento em alguns sectores, tanto como no passado, denotando haver escolhas que podem ser objeto de reparo mas são as escolhas efetuadas. Recordando que numa altura de crise é enorme o esforço financeiro que está a ser feito, quando se acresce à redução da dívida de onze por cento, correspondente a um milhão e duzentos e sessenta e sete mil euros que representa o pagamento de juros no valor de seiscentos e oitenta e sete mil euros e à amortização de capital no valor de quinhentos e oitenta mil euros. Depois de ter referido o papel dos presidentes de junta de freguesia na consolidação financeira, continuou a apresentar o orçamento, com a especificação de verbas e manifestando diversas preocupações, inclusive, com a situação social, o ambiente e a requalificação de edifícios públicos. Justificou o recurso ao empréstimo de seiscentos mil euros, como forma de socorro, nos casos urgentes em que se aguarda a transferência de verbas do Estado que não são pagas atempadamente, informando que no ano anterior não houve necessidade de recorrer ao mesmo, na totalidade. -----

-----**João Paulo Alves:** Referiu-se ao Orçamento como sendo a continuidade das políticas do anterior executivo, comparando valores entre o presente orçamento e o anterior em que algumas diferenças são irrisórias, ao contrário do que havia dito em campanha eleitoral cuja expressão era "ousar mudar", daí a sua crítica. Lembrou que muito do que o Presidente havia dito já era do seu conhecimento, por serem assuntos bastante discutidos ao longo dos últimos quatro anos. Disse que as dívidas, fruto da má gestão, também são da responsabilidade do atual presidente de câmara, por ter exercido as funções de chefe de gabinete da presidência -----

-----**José Augusto Sousa:** Iniciou a sua intervenção a fazer referência às receitas correntes do município que nunca oscilam muito ao longo dos anos, embora sejam a base que sustenta a atividade do Município. De seguida, referiu-se à informação escrita distribuída no início da sessão, dizendo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Car. Rodrigues

as grandes Opções do Plano de Atividades são para o quadriénio e não para 2014. Desenvolvendo os respetivos itens, referiu que procurou no orçamento, mas não encontrou, a verba destinada à criação de postos de trabalho. Quanto ao item relativo ao apoio social, disse ser um aspeto que já vem sendo feito e que é comum a todas as Câmaras. Na promoção da salvaguarda e valorização do ambiente, apostando claramente no turismo de natureza, disse procurar este aspeto de forma relevante e nada encontrou. Pronunciou-se, ainda, sobre a reabilitação/requalificação dos edifícios municipais, a reparação da rede viária municipal, a estimulação do movimento associativo, a promoção da criação artística e cultural, a recuperação do parque escolar e a competitividade do território courense.-----

-----Questionou o que havia de novo e onde estava a ambição do Orçamento, afirmando que gostaria de ver medidas concretas onde fosse projetado o desenvolvimento, designadamente, que fosse construída uma estação de tratamento de resíduos sólidos para os agricultores, de forma a torná-los mais competitivos e melhorar ambientalmente o concelho; um parque desportivo entre a Volta da Quinta e o rio Coura; um passeio junto ao rio para criar uma nova frente desde Quintas ao Taboão; que fosse instalado o prolongamento da Loja Rural, na criação das cozinhas, dos fumeiros, para a produção local se desenvolver, certificá-la e apoiar a sua comercialização.-----

-----**Rosalina Martins:** Disse que o plano de atividades não passa de um ponto de partida para executar política. Manifestou satisfação ao verificar o acolhimento de contributos de outros quadrantes políticos, considerando importante a gestão participada e participativa do orçamento. Ponderando a conjuntura que revela um contexto de grandes dificuldades, considerou o discurso de José Augusto Sousa, apocalíptico, que quase anuncia o encerramento do concelho. Salientou, ainda, aspetos que considerou muito positivos, nomeadamente, o investimento nas freguesias, a possibilidade de candidatura aos montantes finais do quadro comunitário, a vontade de reduzir a dívida e a capacidade demonstrada na negociação para reduzir os juros de mora em dívida aos empreiteiros. Por último reiterou o que já havia dito na sessão anterior: que o Partido Socialista é absolutamente corresponsável na dívida contraída, destinada a executar projetos que contribuíram para a melhoria do concelho.-----

-----**André Rodrigues:** Disse que a sua intervenção se prendia com a sua atividade profissional e manifestou agrado no valor de seiscentos e trinta e dois mil euros destinado à cultura, questionando onde seria alocado. Disse, também, agradecer-lhe o trabalho do atual executivo, esperando que durante o mandato consiga cumprir o prometido.-----

-----**Luísa Castro:** Fez referência à tendência geral de fazer comparações do atual Presidente da Câmara com o anterior, considerando que são situações diferentes, alertando para a necessidade de se centralizarem na atual conjuntura, na economia nacional e na lei das finanças locais, a exigir uma execução superior a oitenta e cinco por cento. Quanto ao orçamento, recordou a grande expectativa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre esta nova Câmara, lembrando que é um período difícil, em que as pessoas têm a ambição da mudança, mas que o atual executivo se preocupou em não fazer promessas que não poderia cumprir. Elogiou a preocupação com a poupança dos recursos, a verificação dos focos de despesa, a gestão cuidada para diminuir a dívida para além do previsto, já que o aumento da receita não será muito fácil; as rubricas de baixos valores e as rubricas residuais para a oportunidade de haver candidaturas. Finalizou com a esperança de que o próximo quadro comunitário seja favorável de modo a permitir ao executivo a concretização do projeto que tem para o concelho. -----

-----**José Augusto Sousa:** Questionou como estava a ser planeada a distribuição das verbas pelas uniões das freguesias. Se se mantêm ou não os acordos com as juntas para a limpeza das bermas e outros, uma das medidas mais empreendedoras do último mandato. Contrapôs ao discurso de Luísa Castro a falta dos números que evidenciem a ambição. Considerou ser uma desculpa a falta de ambição para o primeiro orçamento, porque o presidente, na qualidade de chefe de gabinete, teve acesso a todos os elementos. Que é necessária a ambição para os quatro anos do mandato, declarando não existir na proposta apresentada uma forma concreta para o desenvolvimento do concelho. -----

-----**Presidente da Câmara:** Considerou a apreciação de José Augusto Sousa, sobre o orçamento, do qual tem conhecimentos profundos, de discurso político e de depreciação financeira, limitando-se a fazer divagações. Quanto às verbas próximas dos valores do anterior orçamento disse ser um esforço a assegurar e não baixar os apoios sociais, porque não pode haver mudança, enquanto houver pessoas com necessidades básicas e o futuro é assegurar as condições mínimas para todos e só a partir daí pensar em projetos de sonho. Quanto aos compromissos da empreitada das Portas do Corno de Bico, disse que vem do Executivo anterior e que os mesmos têm de ser honrados. Que o recurso ao empréstimo a curto prazo não compromete a capacidade de endividamento do Município, atendendo à lei dos compromissos, sendo a via para impedir o atraso na capacidade de intervenção da Câmara, atendendo à demora das transferências do Estado bem como dos valores provenientes de fundos comunitários. Quanto à expressão de "ousar mudar", disse não poder mudar de forma imediata, sendo necessário dar passos seguros e constantes. De seguida, enunciou aspetos incluídos no Orçamento: escola secundária; zonas industriais; projetos de turismo, ecovia - procurando fazê-la com mão-de-obra local, com materiais autóctones e sem recorrer a grandes infraestruturas - e parque desportivo ----

-----Neste contexto, disse depreender das palavras de José Augusto Sousa, que ambição é gastar dinheiro. Lembrou que o Orçamento mereceu a abstenção dos Vereadores da oposição, por partilhar investimentos que também seriam do PSD, o que considerou um elogio. Disse ter em consideração que o desenvolvimento se faz de balanços e atento às circunstâncias financeiras do país em que todos os dias se fala da diminuição das transferências do estado para as autarquias. Pode ter-se todos os sonhos do mundo, mas esses também se constroem com dinheiro. Agradeceu a André Rodrigues a



Handwritten signature and initials

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção e esclareceu que as verbas seriam distribuídas pelas atividades culturais e para a criação de mais dinamismo no centro da vila, com o objetivo de ajudar os comerciantes. -----

A Assembleia Municipal autorizou, por unanimidade, o prolongamento dos trabalhos para além das 00,00 horas.-----

-----**José Augusto Sousa:** Observou não estar à espera deste discurso do Presidente, que avaliou como sendo pouco concreto, com apreciações que denigrem a imagem da Assembleia Municipal, não tendo acrescentado nada às discussões. Falou do investimento em caminhos novos, que não estão identificados no orçamento. Sobre a ação social da Câmara, disse que sempre a reconheceu e incentivou a resolução de situações prementes. Recomendou que verificasse as suas intervenções anteriores. -----

-----**João Paulo Alves:** Relativamente ao empréstimo, disse não ter aconselhado que não se fizesse, mas que tinha ser feito. Lembrou ao Presidente que aguardava o cumprimento da sua promessa de melhorar as condições do edifício da escola secundária, que ficam muito aquém de outros estabelecimentos de ensino que há no País. Reconheceu que o orçamento teria uma boa taxa de execução, recordando não ser só isso que interessava, havia também "outras coisas" referidas em campanha. Por fim, disse ao Presidente que aguardava dele grandes vitórias, que proporcionassem à população melhorias a nível de saúde, social e económico, lembrando ainda as grandes batalhas que estão pela frente, como o encerramento do Tribunal e das Finanças, cujo poder de decisão está para além do concelho.-----

-----**Rosalina Martins:** Avaliou pelas, últimas intervenções, que a tentativa de desconstrução do Orçamento se tinha perdido e não haviam acrescentado nada ao que havia sido dito. Disse que a atual equipa é diferente e que quer executar um programa sufragado pelos courenses. A confiança dos courenses será medida quando chegar a altura de avaliar o trabalho feito ao longo destes quatro anos.

-----**Presidente da Câmara:** Relativamente ao pedido efetuado pelo Presidente da União de Freguesias de Cossourado e Linhares, sobre as obras em falta para a freguesia de Linhares, informou que o valor de quatrocentos e vinte e oito mil euros destinado à rede viária seria dividido equitativamente pelas vinte e uma freguesias. Cabe a cada uma o equivalente a vinte mil euros, valor próximo do custo do caminho do Sobreiro, em Linhares. Disse não desconsiderar o pedido de outras obras, no entanto não pode, neste primeiro ano, comprometer-se a fazê-las. Falou dos acordos de execução de delegação de competências cujos valores não vão baixar relativamente aos montantes de anos anteriores. Informou, ainda, que sobre o encerramento do Tribunal, tem feito todos os esforços possíveis para o evitar. Em audiência, a Ministra da Justiça, mostrou-se recetiva e comprometeu-se, caso os argumentos apresentados sejam reais, a mudar a decisão inicialmente tomada.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Submetida à votação a proposta da Câmara Municipal para as Opções do Plano e Proposta de Orçamento, para o ano de 2014, que integra o mapa de pessoal, bem como a autorização para proceder à contratação de um empréstimo de curto prazo, para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2014, previsto nos artigos 49º e 50º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no valor de € 600 000,00 (seiscentos mil euros), montante que respeita os limites fixados na referida Lei, foi aprovado por maioria, com 31 votos a favor, sendo 18 do PS, 11 do PSD, 2 do PCP e 1 abstenção do PSD. -----

-----Esta parte da ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, para que possa produzir efeitos imediatos.-----

= RATIFICAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA =

-----Ponto nº 4 - Ratificação da assunção de compromisso plurianual no âmbito do procedimento concursal público para a execução da empreitada "Requalificação da Escola Básica do 1º ciclo de Paredes de Coura". Foi explicada, pelo Presidente da Câmara, a necessidade legal da presente empreitada ser ratificada. -----

-----Este ponto depois de submetido à votação foi aprovado por maioria com 31 votos a favor, sendo 18 do PS, 11 do PSD, 2 do PCP e 1 abstenção do PSD, com declaração de voto. -----

= RATIFICAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO - ADEMINHO =

-----Ponto nº 5 - Ratificação da assunção do compromisso plurianual no âmbito do protocolo celebrado com a ADEMINHO para participação em investimento. -----

-----José Augusto Sousa: Disse que, tal como no ponto anterior, iria abster-se porque já o tinha votado, enquanto Vereador, no Executivo anterior. -----

-----Este ponto depois de submetido à votação foi aprovado por maioria com 31 votos a favor, sendo 18 do PS, 11 do PSD, 2 do PCP e 1 abstenção do PSD, com declaração de voto. -----

= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

-----Ponto nº 6 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 30/11/2013, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 21/12/2012, em cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

= NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO =

-----Ponto nº 7 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal de nomeação do Conselho Municipal de Educação, nos termos do art.º 6º, do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, para o quadriénio de 2013/2017, que a seguir se transcreve. -----

-----Presidente: Vitor Paulo Gomes Pereira. -----

-----Vereadora da Educação: Maria José Brito Lopes Moreira.-----

-----Assembleia Municipal: José Augusto Brito Pacheco.-----

-----Representante da Direção de Serviços da Região Norte (DSRN): Aristides Martins de Sousa. --

MANDATO DE 2013 A 2017



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Representante do pessoal docente ensino secundário público: **João Paulo da Cunha Alves.** -----
-----Representante do pessoal docente ensino básico público: **Armando Luís Lino Lopes.**-----
-----Representante do pessoal docente ensino pré-escolar público: **Palmira Ribeiro da Costa.** -----
-----Representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privado: **Manuel José Miranda.**-----
-----Representantes da associação de pais: **Eduardo Manuel Silva Bastos e Helena Barbosa Ramos.** - -----
-----Representante das associações de estudantes: **Adrian Alberto Fernandes Rosas.**-----
-----Representante da IPSS: **António Pereira Júnior** -----
-----Representante dos serviços públicos de saúde: **Elisabete Bernardina Barbosa Gama.**-----
-----Representante dos serviços públicos de segurança social: **Margarida Rosa Oliveira Temporão.**
-----Representante dos serviços públicos de emprego e formação profissional: **Manuel José de Sá Ribeiro Gomes.**-----
-----Representante dos serviços públicos da área da juventude e desporto: **Emília Dantas Lima Martins.** -----
-----Representante das forças de segurança (GNR): **1º Sargento Armando Faria.**-----
-----Representante das Freguesias: **Manuel Fernando Vaz Barbosa.**-----
-----‘Foi deliberado por unanimidade, aprovar presente proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação. -----

= AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS =

-----Ponto nº 8 – Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, que se anexa à presente ata como seu documento. -----
-----Foi deliberado por unanimidade, aprovar a proposta de autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, apresentada. -----
-----Esta parte da ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, para que possa produzir efeitos imediatos. -----

= TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) =

-----PONTO nº 9: Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação em zero por cento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem TMDP para o ano de 2014, e, consequentemente, não cobrar a (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, nos termos do disposto no Art.º 106º da Lei nº. 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Electrónicas). -----
-----Submetida à votação, a proposta de fixação de TMDP em 0%, para o ano de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =

-----**Ponto n.º 9** - Intervenção do público.-----

-----Não houve intervenções.-----

= ENCERRAMENTO =

-----E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pela Secretária. -----

Pres. Municipal
Secretária
[assinatura]

CMPC Assembleia

De: amandioemeireles@sapo.pt
Enviado: segunda-feira, 2 de Dezembro de 2013 0:06
Para: CMPC Assembleia
Assunto: Marcação de Falta Injustificada, Assembleia Municipal de Outubro de 2013

Exmo Sr Presidente de Mesa de Assembleia Municipal de Paredes de Coura, apresento recurso da deliberação tomada pela mesa, de marcação de falta injustificada a Sessão de Outubro de 2013.

Lembro o Sr Presidente que estive presente nessa sessão, logo desde o seu início, na tomada de Posse dos eleitos, foi no decorrer desta cerimónia que por motivos de Doença de Conjugue, tive que abandonar o referida sessão, dando conhecimento ao Grupo Municipal a que pertença, o qual me fez chegar a informação que tinha perante a mesa apresentado o motivo e justificação da minha saída, foi com estranheza que na sessão do ultimo dia 29, tomei conhecimento da deliberação dessa Mesa para me ser marcada falta injustificada. Novamente questioneei o grupo do PSD, o qual me informou novamente que terá informado a Mesa, o motivo da minha ausência forçada, tendo o referido Grupo ficado com a ideia que a mesa aceitou a interpelação feita. O Membro de Assembleia, Sr José Augusto, fez referência desse facto na sessão de 29 de Novembro, de imediato a Mesa e através do seu Presidente fez questão de referir e justificar a razão de marcação de falta injustificada, fazendo referência ao Artº 18 alinea f), do Regimento da Assembleia Municipal de Paredes de Coura e do Artº 29 alinea 2 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, fazendo referência que a falta tinha sido dada há mais de 30 dias, isto só aconteceu porque o grupo entendeu e fez-me chegar a ideia que a saída antecipada da sessão estaria justificada e que teria sido aceite pela Mesa.

O facto de ter sido mencionado diversas vezes a possibilidade de perda de mandato, por falta Injustificada, o qual está mencionado no nº 2 do Artº9 do Regimento, acabou por ser visto como excessivo, o facto de ter dedicado tanto tempo ao assunto, sem que o mesmo tenha tido qualquer intervenção, não me merece comentários, no entanto não abdicar do direito de defesa, o qual entendo que não deve ser realizado em dialogo dirigido ao Plenário e Publico em geral como fez o Sr Presidente da Mesa, indo contra o mencionado no nº2 do Artº 13 do Regimento que diz "a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal", o realizado faz lembrar um Julgamento Publico.

Assim peço recurso para Plenário de marcação de falta Injustificada, nº 3 Artº 29 Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, invocando:

1º Foi informado pelo Grupo do PSD, que a Mesa terá sido informada dos motivos da minha saída antecipada da sessão de Outubro, no sentido de justificar perante a Mesa. O mesmo grupo poderia ter feito a justificação por escrito se fosse seguido o enunciado no Artº 29 alinea e) Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e no nº1 alinea e) do Art 13º do Regimento da Assembleia Municipal de Paredes de Coura, lembrando que a justificação dada teria que ser por escrito.

2ª Poderá o Presidente de Mesa de Assembleia cumprir o nº1 alinea e) do Art 14º, quando a Deliberação da Mesa sob um acto de um Membro que decorre de uma situação de omissão, por parte da Mesa, da não conformidade com o Regimento da interpelação feita por Grupo Municipal do PSD? Não podemos negar que a Mesa foi Informada, ao ser realizado não fará sentido senão a justificação da minha saída antecipada de referida sessão.

Da consequência do referido no nº4 do Artº 8 do Regimento, devo entender que a ser marcada Falta Injustificada por essa Mesa, o que verdadeiramente se procura é que seja aplicada a minha renuncia ao Mandato?

Lembro no entanto o Sr Presidente que tomei Posse como Presidente de Junta a 12 de Outubro, no Acto de Instalação de Órgãos da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cossourado e Linhares.

3º O Motivo da minha saída da referida sessão, cumpre o estabelecido no nº2 alinea c do Art 18 do REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA.

4º Noto neste mandato uma mudança na sua forma de Presidir, pois no anterior mandato em outras faltas que dei, o simples facto de comunicar á Mesa chegou, o que levou claramente a que o Grupo Municipal do PSD proceder desta forma a minha saída da Sessão de Outubro.

Linhares 01 de Dezembro de 2013

Amândio Libério Meireles Pinto



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Voto de Pesar

A despedida de um servidor da causa pública é sempre motivo de grande pesar. No passado dia 1 de Dezembro, aos 81 anos faleceu António Fernandes, antigo presidente de Junta de Freguesia de Porreiras, cargo que exerceu durante 21 anos, de 1979 a 2001. Por seis vezes foi escolhido pelos seus pares para desempenhar a missão de governo da típica e característica freguesia courense. Numa época iniciática do poder autárquico democrático, António Fernandes pugnou para que a sua freguesia fosse dotada de vários melhoramentos. Salientamos a título de exemplo o pioneirismo na construção de um edifício que albergou a sede de junta, a escola e local de catequese, entre outros. As suas lutas e os seus feitos traduziram-se num aumento significativo da qualidade de vida dos habitantes de Porreiras.

A Assembleia Municipal reunida em 27 de Dezembro de 2013, curva-se perante a memória deste cidadão, endereçando sentidas condolências à família enlutada.

Paredes de Coura, 27 de Dezembro de 2013

Pelo Grupo Municipal do PS

Voto de Reconhecimento

A Assembleia Municipal de Paredes de Coura, por iniciativa dos Grupos Municipais do PS, PSD e PCP, atendendo às excecionais carreiras profissionais, como tem sido valorizado publicamente, propuseram um voto de louvor e congratulação, que foi votado e aprovado por unanimidade, o nome de Paredes de Coura, ao Doutor Tiago Brandão e à Drª. Carla Castro Chouzal.

A vida das comunidades constrói-se na sucessão dos acontecimentos. Os acontecimentos dependem em muito do agir das pessoas. As pessoas, no global ou no singular, acrescentam valor ao sentido de pertença a um lugar ou a uma comunidade.

O Doutor Tiago Brandão tem-se destacando pela promoção de desenvolvimento na medicina, em particular na deteção do cancro, tal como foi recentemente publicado nos meios de comunicação social. Deste modo, acrescentou algo mais ao orgulho de ser courense no dia em que abriu telejornais, inundou redes sociais, foi capa de revistas, protagonizou diretos e catapultou a sua descoberta científica à escala global.

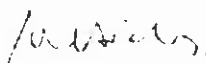
Com a humildade que lhe é característica, falou da sua descoberta, da sua equipa, do seu passado e das suas origens em Paredes de Coura, terra onde sempre regressa para rever a família, "falar com o padeiro, o presidente da Câmara ou a antiga colega da escola" percebendo nestes contactos as razões do seu ser.

A Drª Carla Chouzal, pela sua nomeação para a Comissão Instaladora do Banco de Fomento, entidade que se espera tenha uma importância relevante na promoção do desenvolvimento económico de Portugal.

Assim, a Assembleia Municipal, reunida a 27 de dezembro de 2013, reconhece o mérito destes dois Courenses, formulando sinceros votos para que o futuro seja um tempo não só de muitas descobertas revolucionárias em prol dos avanços tecnológicos, que contribuam para os progressos científicos do nosso mundo, bem como de medidas efetivas que permitam a sustentabilidade económica do país.

Paredes de Coura, 27 de dezembro de 2013

Pel' A Mesa da Assembleia Municipal,





MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

A.C. EM REUNIÃO

= AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS =

_____ PONTO 9: Proposta de autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. _____

_____ Foi presente a informação com o seguinte teor: _____

_____ "Considerando, por um lado, o disposto no art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: _____

_____ a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; _____

_____ b) Os seus encargos não excedam o limite de 99 759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. _____

_____ Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. _____

_____ Considerando, que o art. 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do art. 14º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano. _____

_____ Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal: _____

_____ Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes: _____

_____ a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; _____

_____ b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99 759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. _____



_____ 2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. _____

_____ 3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. _____

_____ 4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe". _____

_____ A Câmara Municipal, mediante a informação transcrita, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprová-la, bem como submetê-la à Assembleia Municipal para emissão de autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal nos termos das disposições conjugadas com alínea c), nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. _____

Em: 04-11-2013



Paredes de Coura